

Malvinas, o que te espera?

Ana Paula Alves Barros

Resumo: A Argentina e a Inglaterra foram os dois países litigantes pela posse do território malvinense em 1982 no extremo do Atlântico Sul.

O governo do presidente Leopoldo Galtieri (1981-1982) apostou na recuperação das ilhas por meio da força. A crise econômica, o descontentamento dos trabalhadores e a pressão da sociedade que reclamava o desaparecimento de seus filhos fizeram com que Galtieri tentasse desviar a atenção dos argentinos dos problemas internos do país. Assim, a Junta ocupou militarmente as ilhas em 2 de abril de 1982.

Ainda há muitas discussões em torno do arquipélago. Por um lado, a Inglaterra dá a questão mais que encerrada. Do outro lado, mesmo após a derrota argentina, o país latino-americano continua reclamando a posse das ilhas.

Nossa ideia é trabalhar com uma perspectiva de previsão para a situação que envolve os dois países em torno das ilhas. Com a extração de petróleo no início de 2010 por parte dos britânicos, a questão tomou proporções internacionais novamente. A Argentina tem questionado essa situação de forma pacífica e, nesse sentido, tem recorrido a órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e chamado a atenção de países latino-americanos para a questão das Malvinas. No entanto, existem alguns entraves para que a situação se encerre, já que a Argentina não aceita dividir os recursos provenientes das ilhas e exige o reconhecimento do arquipélago como argentino. Por sua vez, a Inglaterra aceita negociar os recursos retirados do arquipélago, mas não o território. Enquanto isso a situação vai se arrastando e o quadro que vai se desenhando não parece mostrar muitas mudanças para o futuro.

Nosso intuito nesse trabalho é fazer uma previsão para a situação que envolve Argentina e Inglaterra atualmente em torno das ilhas. Já que temos o intuito de fazer esse exercício não há como deixarmos de mencionar a proposta de Hobsbawm, em sua obra *Sobre História* (1998), que sugere um diálogo entre presente e futuro. Esse diálogo, sugerido pelo autor, visa estabelecer uma análise que possa ajudar o historiador a fazer previsões. Prever um futuro muito distante pode aumentar muito a probabilidade de erro. Por isso, nossa proposta visa prever um futuro em médio prazo para a situação que envolve o arquipélago.

Para tanto, nos inclinaremos a observar a origem do desentendimento entre os dois países apresentando a situação que vivia o arquipélago antes da guerra, do ponto de vista inglês e argentino. Não pretendemos perder uma perspectiva que valorize a origem de tal questão, pois é o nosso ponto de partida para entendermos em que resultará essa queda de braços entre o governo argentino e britânico.

Palavras-chave: Argentina; Inglaterra; Malvinas; futuro.

Cada país tem argumentos para defender sua posse sobre o arquipélago. Por isso, discutiremos, nas duas primeiras partes do texto, a raiz dessa situação que envolve os dois países. É importante indicarmos que não pretendemos sair em defesa de um ou outro país, mas utilizaremos suas argumentações para pensarmos a situação atual e futura em torno de uma disputa que não se encerrou com a guerra em 1982.

Depois de indicarmos em que se amparam os dois países para defender sua posse sobre o local, apresentaremos um futuro previsível da situação em torno do arquipélago. Nessa parte do texto será priorizada a conjuntura nacional e internacional que envolveu a Argentina e Inglaterra durante as duas últimas décadas e envolvem ainda hoje para nos responder com propriedade o futuro para a causa dos dois países.

O arquipélago do ponto de vista inglês

A Inglaterra aceita negociar os recursos provenientes das ilhas, mas não a soberania e alega uma série de elementos para tanto.

Lawrence Freedman (1986) apresenta os elementos históricos da versão inglesa¹. Em 1771 a Inglaterra ocupou o oeste das ilhas e teve o reconhecimento de sua soberania pela Espanha, mas alguns anos depois o governo ibero voltou atrás; em 1820 o território foi ocupado pelo governo de Buenos Aires; por fim, em 1833 a Grã-Bretanha, que nunca renunciou o arquipélago, protestou e expeliu a força argentina do local.

Depois de várias exigências do governo argentino junto a ONU, os dois países foram convidados para resolverem seus problemas pacificamente. De certa forma, parecia haver uma tentativa de negociação por parte dos ingleses. Em 1967, pela primeira vez, os britânicos aceitaram negociar as ilhas levando em conta o desejo de seus moradores. No entanto tal posicionamento recebeu diversas críticas da imprensa, da sociedade e até mesmo do parlamento. Para garantir boas relações entre os dois países foram postos outros elementos em prática. Em 1971, por exemplo, houve uma criação de serviço aéreo e marítimo entre as ilhas e o continente, que permitia o acesso dos argentinos às ilhas e vice-versa. Os ilhéus também passaram a ter acesso à saúde e à educação argentina. Segundo Boyce (2005) todos esses fatores são resultados das negociações que os dois países passaram a fazer, alcançadas até o período em que Perón esteve no poder. Ainda, segundo o mesmo autor, depois que a Junta militar tomou o poder, a Argentina entrou numa era volátil e instável, o melhor que a Inglaterra poderia fazer era não executar qualquer ação de negociação sobre a soberania nas ilhas².

Por parte dos moradores há um desejo de continuarem sendo súditos britânicos. Nesse sentido a Inglaterra diz que o melhor julgamento é o dos moradores ao contrário da Argentina que desconsidera a necessidade de tal avaliação³. Desde a época da guerra esse argumento foi usado pelo governo britânico e ainda hoje pode ser visto em periódicos como o *The New York Times* quando a guerra fez 25 anos em 2007⁴.

Se tivéssemos que escolher qual questão pesa mais para os britânicos, escolheríamos a que expusemos por último, a autodeterminação dos povos. Quando se fala de determinar quem deve ter a posse do território malvinense, sob a perspectiva britânica, livros, artigos e jornais dão muita ênfase na escolha dos próprios ilhéus. Isso porque, segundo Duncan Anderson (2002), após o ano de 1832 os moradores das ilhas passaram a ser de origem britânica e, com isso, desenvolveram uma cultura bem próxima a da britânica.

O arquipélago do ponto de vista argentino

Por outro lado está a Argentina que exige o reconhecimento de sua posse no local em questão alegando fatores históricos e geopolíticos. Além disso, não aceita nem mesmo dividir os recursos provenientes das ilhas.

Espanhóis e argentinos utilizaram o Tratado de Tordesilhas para reclamar a posse do território. Embora o exclusivismo espanhol existisse para garantir a colonização desse país na área que lhe coube, países que questionavam a divisão do Novo Mundo, não respeitaram o Tratado e passaram a fazer diversas visitas na região.

De acordo com Pablo Camogli⁵ existem documentos diversos que atestam o pioneirismo nas Malvinas de países como a Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Sobre o pioneirismo alguns documentos afirmam o da Espanha em 1540, outros, o da Holanda em 1600 e até o da Inglaterra em 1690. O autor salienta que os ingleses mencionam haver feito visitas prévias em 1542 e 1594. No entanto, as ilhas só despertaram interesse a partir do século XVIII. Nenhum dos países, inclusive a Espanha, fizeram qualquer ação exorbitante de exploração nas ilhas entre os séculos XVI e XVII (MEYER, 2004).

Segundo Canglini⁶, os franceses se estabeleceram no local em 1764 e fundaram o Porto de San Luis. Em 1765 foi a vez dos ingleses fundando o Porto de Egmont. Já em 1767 a Espanha reclamou a posse do território para a França. A negociação se efetivou entre esses países, o que favoreceu a Espanha no mesmo ano. Então, a partir de 1770, após um enfrentamento entre o governo da Espanha e o da Grã-Bretanha, os governadores das ilhas passaram a ser nomeados por Buenos Aires e só foi interrompido em 1833, quando a Inglaterra tomou posse das ilhas.

Bonifacio Del Carril⁷ recorre ao século XVIII para comprovar sua ideia de que as ilhas foram usurpadas. O autor fala que os franceses e holandeses vieram até as ilhas por diversas vezes até o século XVIII, mas só pescaram e exploraram, e não se estabeleceram. Até meados do século XVIII não se sabia da existência das ilhas e a Inglaterra insistia em montar expedições para descobrir o local. Em uma dessas vezes uma operação foi abortada por conta de reclamações espanholas e em outro momento a fez escondida. Isso indica, segundo o autor, que a Inglaterra reconhecia o poderio espanhol no local.

Na segunda expedição, feita em 1764 e confiada ao Lord Byron tinha a incumbência de expulsar os que lá estavam justificando descobrimento inglês. No entanto, em 1764, antes da chegada dos britânicos, Louis Antoine de Bougainville, navegador francês, já havia ocupado e fundado Puerto S. Luis. A ocupação britânica só foi efetivada em 1766 quando fundou o Port Egmont. Ainda assim, uma colônia não sabia da existência da outra. Somente anos depois a colônia inglesa soube e encontrou a colônia francesa. Como Puerto S. Luis foi fundado por franceses, a Espanha negociou pacificamente com o governo francês, que reconheceu a posse da Espanha no local. Quanto aos ingleses, a Espanha esteve perto de um conflito com os mesmos, até que em 1774, o duque de Rochford, aceitou sem protestar a declaração do embaixador espanhol sobre a restituição do porto e do forte chamado Egmont. Assim, os britânicos deixaram de vez a ilha que chamavam de Falkland's Island⁸. Desde 1774 até 1822 foram nomeados somente governadores espanhóis. Depois de 1820 a posição foi ocupada pela Argentina e, em 1829, o governador Rodríguez criou a Comandacia Política y Militar das ilhas, nomeando Luis Vernet como governador (DEL CARRIL, 1998).

Em 1832 o oficial marinheiro Onslow recebeu ordens sobre as Malvinas. Tais ordens britânicas tinham o propósito de estabelecer o direito de soberania da Inglaterra e atuar no Porto Egmont como sendo posse desse país. Onslow foi até Port Luis e encontrou o oficial argentino Piñedo, a bordo do navio Sarandí, no dia 2 de janeiro de 1832. Os dois oficiais trocaram notas em que Onslow afirmava que levantaria o pavilhão britânico no dia posterior. O marinheiro argentino sabia que não tinha condições de abrir fogo contra o navio britânico

por conta de sua diferença bélica e até mesmo de localização⁹. Por isso, tentou ganhar tempo pedindo que o esperassem fazer contato com Buenos Aires, mas Onslow não cedeu. Sendo assim, Piñedo zarpou¹⁰ (CANGLINI, 2007).

Depois de 1833 a Argentina passou a reclamar o território junto a ONU. O órgão emitiu a Resolução 2065 que previa o fim de todas as ações colonialistas. Ainda numa via diplomática, tempos depois os dois países foram convidados para resolverem seus problemas pacificamente. Sem o resultado esperado, a Argentina foi à guerra em 1982.

Por último, a geografia do local também permite explicar a legitimidade das reclamações da Argentina pelo conjunto de ilhas. Pablo Camogli (2007) indica que as ilhas fazem parte da plataforma continental argentina¹¹ além de estarem muito perto do continente americano ao contrário da Inglaterra que se localiza em outro continente.

E para o futuro?

Não vemos grandes mudanças em torno dessa disputa para o futuro. O quadro tende a continuar da mesma forma. A Inglaterra aceita negociar os recursos provenientes das ilhas, mas não a posse. A Argentina não aceita dividir os recursos e exige o reconhecimento do arquipélago como território argentino. E assim prosseguirá A Inglaterra retirando os recursos naturais das ilhas e a Argentina reclamando.

Então, existiria a possibilidade de as Malvinas não serem nem território britânico e nem argentino? Bem, se isso acontecesse com as Malvinas, a Inglaterra veria um projeto ambicioso de explorar as águas do Pacífico se esvaír. Pensamos que essa possibilidade é um tanto inóspita. Países como a Inglaterra buscam sempre um meio de se valer de órgãos que tem sobre eles influência (como no caso de sua cadeira cativa e poder de veto no Conselho de Segurança da ONU).

A influência da Inglaterra não se estende somente a órgãos como a ONU. Para ilustrar essa situação basta lembrarmos o posicionamento dos Estados Unidos durante a Guerra das Malvinas. O país estadunidense foi contra a ação argentina de ocupação militar nas ilhas e se posicionou ao lado da Inglaterra¹². Ser contra a ação militar foi lúcido, mas apoiar o país europeu foi no mínimo contraditório. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) não foi acionado como prevê em seus documentos¹³. Essa aliança regional tem por função defender o continente e evitar qualquer intervenção de países não-americanos¹⁴.

E a possibilidade de um conflito armado? Não é o que tem apontado as atitudes do governo e do povo argentino. A economia das ilhas por muito tempo foi baseada na pesca e agora também na produção de ovelhas. Em 1998 foram perfurados 6 poços e confirmada a presença de petróleo na região. Carlos Menem (1989-1999)¹⁵ havia feito um acordo com o governo britânico que pretendia dividir os recursos provenientes da exploração do petróleo, mas o tal acordo foi rompido pelo governo de Néstor Kirchner (2003-2007). Mesmo assim, Cristina Kirchner (2007-) ainda tem mantido o diálogo em relação a situação. Com o início das perfurações em fevereiro de 2010¹⁶, por parte dos britânicos, a Argentina recorreu à cúpula regional em Cancún e obteve apoio dos países latino americanos, o que não impediu o início das perfurações. Além disso, segundo L. Freedman (1982), C. Kirchner tem afirmando que recorrerá de forma pacífica junto a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁷. Nesse sentido, a presidente conta com o apoio da União das Nações Sul-americanas (Unasul)¹⁸ e, da mesma forma, com o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Um dia antes de a Junta Militar argentino ocupar militarmente as ilhas, os argentinos haviam entrado em conflito com o exército por conta da situação econômica, política e social que a Argentina vivia. Um dia depois desse ocorrido, 2 de abril de 1982, os argentinos voltaram a Praça de Maio para apoiarem a ação militar nas ilhas. Para Lorenz, foi a oportunidade de fazer política e de tomar as ruas, que levaram os argentinos a apoiarem a

ação militar. Isso não quer dizer, segundo o autor, que o povo argentino apoiasse os militares. Considerando a experiência frustrante dos argentinos na guerra (com o grande número de baixas sofrido pelos combatentes) e a derrota no conflito, podemos dizer que os argentinos não voltarão apoiar uma guerra para recuperar o território. E ainda, com o peso que tem a opinião pública e sem o apoio da mesma é difícil imaginar que o governo argentino venha se envolver em outra guerra.

Portanto, em médio prazo, tendo como base a situação pós-guerra e atual, a questão em torno das ilhas não aponta grandes alterações. Tudo indica que a situação continuará se arrastando da mesma maneira que veio desde a guerra até agora, como expusemos anteriormente. A Argentina continuará sendo cautelosa e buscando apoio de países da América Latina e de órgãos como a ONU para conseguir que o problema seja resolvido pacificamente e favorável a ela. Já a Inglaterra continuará sendo reconhecida por grande parte dos países como a detentora do território e retirando recursos provenientes do arquipélago em nome do que a mesma chama de autodeterminação dos povos¹⁹.

De qualquer forma as negociações não podem parar. Elas devem existir para que questões como essa sejam resolvidas de forma pacífica. A Inglaterra e Argentina fizeram grandes avanços nas negociações em torno das ilhas no período em que Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974) esteve no poder. No entanto, a situação mudou quando os militares passaram a governar a Argentina. Segundo Boyce (2005) a Argentina havia entrado numa “era instável e volátil” e o melhor a ser feito era não prosseguir com as negociações naquele momento. A atitude da Inglaterra em parar as negociações quando o governo militar entrou no poder não é justificável. Da mesma maneira, não foi lúcido da parte argentina tomar uma iniciativa militar e ocupar as ilhas, pondo fim aos meios pacíficos.

Referências Bibliográficas

- Argentine Forces in the Falklands (Men-At-Arms, N 134), Nicholas Van Der Bijl, Osprey Publishing Paperback, 1992.
- ANDERSON, Duncan. *Essential histories: The Falkalnds War 1982*. Great Britain: Osprey publishing, 2002.
- BERNARDI, Luciane Carem. *Nosotros y vosotros: A Guerra das Malvinas 25 anos depois – relatos de ex-combatentes*. 2008. Universidade Federal de Santa Maria. RS.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Joge Zahar, 2001.
- BOCCAZI, Joaquín A. *Compilación Malvinas: actuación de las fuerzas armadas y civiles que participaron en el conflicto*. Buenos Aires: Ediciones Gráfica Sur, 2004.
- BOYCE, David George. *The Falklands War*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005.
- BUSSER, Carlos. *Islas Malvinas: Su historia. Situación en El Atlántico Sul desde 1989. Proceso de expansión britânica: Situación en el Atlántico Sur desde 1989*. Em: *Revista Militar*, Buenos Aires, edición especial, n. 742, enero/marzo, p.41-48, 1998.
- CAMOGLI, Pablo. *Batallas de Malvinas: Todos los combates de la Guerra del Atlántico*. AR: AGUILAR, 2007.
- CANGLINI, Arnoldo. *Malvinas 1833: Antes y después de la agresión inglesa*. Buenos Aires: Claridade, 2007.
- Carlo Ginzburg. In: LOPES, Marcos Antônio, MUNHOZ, Sidnei J. *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

- Carril, Bonifacio del. *Islas Malvinas: Su historia*. Revista Militar, Buenos Aires, edición especial, n. 742, p.10-17, enero/marzo, 1998.
- Casas, Pedro. *Malvinas: Retorna a tensão entre Argentina e Reino Unido*. Em: *Conjuntura Internacional*, Minas Gerais, ano 7, n. 8, 12 – 25/06/10, p. 9 – 13. Disponível em: <http://pucmg.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100617162119.pdf?PHPSESSID=592004916f39195f97570ba011a79c11> Acesso em: 26.08.2010.
- Edward Palmer Thompson. In: LOPES, Marcos Antônio, MUNHOZ, Sidnei J. *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- Eric Hobsbawm. In: LOPES, Marcos Antônio, MUNHOZ, Sidnei J. *Historiadores do nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FREEDMAN, Lawrence e GAMBIA, Virginia. *Señales de guerra*. Javier Vergara: Buenos Aires, 1992.
- Gente y la Actualidad: *Vimos rendirse a los ingleses*, Buenos Aires, n872, p 2 – 15, 8 de abril, 1982.
- GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. IN *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GORINI, Ulisses. *La rebelión de las madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- HASTING, Max e JEKINS, Simon. *The battle for the Falklands*. Londres: Pan Books, 1997.
- Hershberg, Eric e JELIN, Elizabeth (orgs.). *Construindo a democracia: Direitos humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Itamaraty Ministério das Relações exteriores. Nota nº 159: *Visita ao Brasil da Secretária-geral-designada da Unasul, María Emma Mejía*. Retirado em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-da-secretaria-geral-designada-da-unasul-maria-emma-mejia>>.
- LORENZ, Federico G. *Las Guerras por Malvinas*. Argentina: Edhasa, 2006.
- MACKAY, Francis. COOKSEY, Jon. *Special Air Service Pebble Island - The Falklands War 1982: Elite Forces Operations Series*. United Kingdom: Pen & Sword Books Limited, 2007.
- MAYORGA, Horacio A. *No vencidos*. Planeta: Buenos Aires, 1998.
- MEYER, F. A. O. *A guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira*. Dissertação (Mestrado em História) - USP, 2004.
- MUNHOZ, Sidnei. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953)*. Revista Diálogos, UEM, v. 6. 2002.
- O Estado de São Paulo. *Em defesa da Argentina, Lula faz ataque a ONU em cúpula regional*, P.24 – 12, fevereiro, 2010.
- RÉMOND, René (dir). *Por uma história política*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro - RJ: Jorge Zahar. Em: FREITAS, Bruno C. N. e SOUZA, Francisco I. M. *O coro dos descontentes e resistir na ditadura militar argentina*. Ameríndia, vol. 4, número 2/2007. Disponível em: <<http://www.amerindia.ufc.br/articulos/pdf4/bruno.pdf>> Acesso em: 20.07.2011

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERBTSKY, Horacio. *Malvinas: La última batalla de la Tercera Guerra Mundial*. Argentina: Sudamericana, 2002.

¹Para ver mais elementos do ponto de vista britânico, ler HASTING, Max e JEKINS, Simon. *The battle for the Falklands*. Londres: Pan Books, 1997.

²BOYCE, David George. *The Falklands War*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2005.

³Para ler mais: FREEDMAN, LAWRENCE. *The war of the Falklands*, 1982. *Foreign Affairs* (pre 1986), Fall 1982; 61, 001; ABI/INFORM. Complete pg. 196.

⁴The New York Times, 25 years after war, wealth changes Falklands. Abril 1, 2007. Retirado em: <http://www.nytimes.com/2007/04/02/world/americas/02falklands.html?_r=1&ref=americas&oref=slogin> Acesso em: 2/04/2007.

⁵CAMOGGLI, Pablo. *Batallas de Malvinas: Todos los combates de la Guerra del Atlántico*. AR: AGUILAR, 2007.

⁶CANGLINI, Arnoldo. *Malvinas 1833: Antes y después de la agresión inglesa*. Buenos Aires: Claridade, 2007.

⁷Carril, Bonifacio del. *Islas Malvinas: Su historia*. Revista Miliar, Buenos Aires, edición especial, n. 742, p.10-17, enero/marzo, 1998.

⁸É sem dúvida, intrigante a ideia de Bonifacio del Carril. Primeiro, o autor apresenta a ideia de que os britânicos não ocuparam as ilhas, mas a ilha, sempre no singular. Depois mostra que o tenente Clayton, ao deixar Egmont, deixou uma placa dizendo que a Falkland's Island (Ilha de Falkland) pertencia ao rei Jorge III. Ou seja, o que estava sob o domínio da soberania britânica era apenas uma ilha e não as demais ilhas.

⁹Os argentinos, ao contrário dos ingleses, não contavam com um navio de guerra, mas com um navio mercante com alguns equipamentos bélicos.

¹⁰A partir dessas ideias Canglini (2007) conclui que Onslow não cumpriu o que o reino britânico havia ordenado. Por exemplo, o oficial deveria ir até Port Egmont e não a Port Luis. Isso faz do ato britânico um simples descumprimento de lei, além de acidental e, logo, a ocupação das ilhas, por parte dos ingleses, uma ação não legal, uma usurpação.

¹¹Para saber mais sobre as ilhas como uma forma de apêndice da Patagônia, ler Camogli (2007: p. 22).

¹²Boccazzi (2004) faz referência sobre o descontentamento que a Argentina teve com o posicionamento dos Estados Unidos. Esse desagrado pôde ser visto, por exemplo, quando foi estabelecido na Argentina o Decreto 1069 que dava preferência para produtos originários e precedentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai e México.

¹³No dia 20 foi feita a votação para a sua convocação ou não. Houve 18 votos a favor e 3 que se omitiram, no caso o dos Estados Unidos, o da Colômbia e o de Trinidad e Tobago. Por fim, o TIAR não foi acionado. (BOCCAZZI, 2004).

¹⁴MUNHOZ, Sidnei. *Ecossistema da emergência da Guerra Fria no Brasil*. Diálogos, Vol. 6, No 1 (2002). Retirado em: <<http://www.revista-ped.unifei.edu.br/eletronico.htm>> Acesso em: 05/07/2011. Nesse artigo há uma discussão muito interessante que mostra alianças regionais como uma forma de intervenção na América.

¹⁵Durante o governo de Carlos Menem foi iniciado um período de distensão entre Argentina e Inglaterra. FRAGA, Jorge A. *Petróleo en las Malvinas ¿Cuestión de negocios o de soberanía?* Colección, ISSN 1850-003X, N.º 2, 1995, pags. 115-124.

¹⁶Globo.com. *Companhia britânica inicia exploração de petróleo nas Ilhas Malvinas*. 22 de fevereiro de 2010. Retirado em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1500258-5602,00.html>> Acesso em: 4 de julho 2011. Nessa matéria, o jornal expõe que em 2010, mesmo com os protestos da Argentina, a Inglaterra enviou para as ilhas a empresa Ocean Guardian para fazer a exploração de gás e petróleo.

¹⁷FREEDMAN, LAWRENCE. *The war of the Falklands*, 1982. *Foreign Affairs* (pre 1986), Fall 1982; 61, 001; ABI/INFORM. Complete pg. 196.

¹⁸Com a morte de N. Kirchner em 2010 o cargo de secretário geral da Unasul ficou temporariamente ocupado por C. Kirchner. Atualmente é ocupado por María Emma Mejía. Ver em: Itamaraty Ministério das Relações Exteriores. Nota nº 159: *Visita ao Brasil da Secretária-geral-designada da Unasul, María Emma Mejía*. Retirado em <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-da-secretaria-geral-designada-da-unasul-maria-emma-mejia>> acesso em: 5.7.2011.

¹⁹Sobre a autodeterminação dos povos, ler: FREEDMAN, LAWRENCE. *The war of the Falklands*, 1982. *Foreign Affairs* (pre 1986), Fall 1982; 61 001; ABI/INFORM. Complete pg. 196.